



Ana Stela Vieira Mendes Câmara

Direito Constitucional Ambiental Brasileiro e Ecocentrismo

Um diálogo possível e necessário a
partir de Klaus Bosselmann

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Ana Stela Vieira Mendes Câmara

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C173d

Câmara, Ana Stela Vieira Mendes

Direito constitucional ambiental brasileiro e ecocentrismo : um diálogo possível e necessário a partir de Klaus Bosselmann / Ana Stela Vieira Mendes Câmara. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.

308 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 267-294.

ISBN 978-85-519-0242-4

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito ambiental – Brasil. 3. Estado ecológico. 4. Princípio do meio ambiente. 5. Teoria do direito. I. Bosselmann, Klaus, 1951-. II. Título.

CDD 344.81046

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1107116

Sumário

Introdução	1
1. O Estado Ecológico: um Novo Paradigma	7
1.1 Surge uma ideia: O Estado de Direito Ambiental	9
1.2 Do Estado Ambiental ao Estado Ecológico	12
1.3 O Ecocentrismo e a atribuição de valor intrínseco à natureza como fundamento filosófico do Estado Ecológico	18
2. Pressupostos do Estado Ecológico	29
2.1 Pressupostos Teórico-Epistemológicos	31
2.2 Pressupostos Econômicos	37
2.3 Pressupostos Políticos	44
2.4 Pressupostos jurídicos: além do horizonte juspositivista	55
2.4.1 A sustentabilidade como princípio fundamental do direito: a busca pela justiça ecológica	63
2.4.2 Limitações ao direito de propriedade	66
2.4.3 A representatividade da natureza no exercício do poder político	70
2.5 Estrutura prática do Estado Ecológico	72
3. Críticas ao Modelo do Estado Ecológico	77
3.1 Aspectos éticos	79
3.2 Aspectos jurídicos	82
3.2.1 Quanto às consequências jurídicas da atribuição ou não de valor in- trínseco às formas de vida não humanas	83
3.2.2 Quanto à limitação do direito de propriedade	90
3.3 Aspectos políticos	92
3.4 Aspectos econômicos	97
3.5 A defesa de uma dialética permanente rumo à ecocentrização do Direito e as perspectivas de sua implementação	105
4. A Proteção do Meio Ambiente a Partir da Abertura do Texto da Constituição de 1988: Fundamentos de um Diálogo Possível Com o Modelo do Estado Ecológico	113
4.1 O ponto de partida: do contexto ao texto	116
4.2 Limitações constitucionais ecológicas ao exercício das atividades econômicas	127

4.2.1 Princípios Fundamentais	129
4.2.2 Princípios gerais.....	131
4.2.3 Princípios setoriais.....	133
4.3 O direito-dever fundamental de todos ao meio ambiente	143
4.3.1 Quem são “todos”?.....	146
4.3.2 O princípio da dignidade humana como único fundamento do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado?.....	148
4.3.3 O princípio da solidariedade como objetivo fundamental da República e suas implicações ao conteúdo e aplicabilidade do direito e dos deveres fundamentais ecológicos	150
4.3.4 Deveres fundamentais ecológicos	161
4.4 A proteção constitucional dos ecossistemas	165
4.4.1 A proteção a um meio ambiente ecologicamente equilibrado	167
4.4.2 O dever fundamental de preservação e restauração de processos ecológicos essenciais e de prover o manejo de ecossistemas	169
4.4.3 O dever fundamental de criação de espaços territoriais especialmente protegidos	171
4.4.4 O dever fundamental de proteção da fauna e da flora e vedação de práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais à crueldade	182
4.4.5 O dever fundamental da preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético	189
4.4.6 Ecossistemas alçados à categoria de Patrimônio Nacional	194
4.5 O dever de promoção da educação ambiental.....	196
4.6 O dever de prevenção e de precaução	202
4.6.1 O dever de exigir a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambien- tal para obras ou empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação	204
4.6.2 O dever de controle da produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente	209

4.7 Acesso à Justiça, prevenção e reparação de danos contra o meio ambiente.....	211
4.7.1 A ação popular como garantia fundamental de defesa e proteção do meio ambiente	212
4.7.2 A legitimação do Ministério Público como curador do meio ambiente e o papel de outros atores na proposição de ações contra ato lesivo ao meio ambiente	214
4.7.3 A responsabilização por danos causados ao meio ambiente.....	216
4.8 Do texto aos fatos: desafios e possibilidades de concretização do constitucionalismo ambiental brasileiro e a luta pelo direito à integridade ecológica	223
4.8.1 Sintomas de que a crise ecológica ainda persiste: uma contextuali- zação dos novos tempos e dos novos desafios a partir das mudanças climáticas	224
4.8.2 O Poder Judiciário e a luta pelo direito à integridade ecológica	234
4.8.2.1 O controle de constitucionalidade	239
4.8.2.1.1 O imbróglio sobre a legalidade do uso do amianto crisotila.....	240
4.8.2.1.2 O Novo Código Florestal: muito mais do que um risco de retrocesso legislativo	242
4.8.2.2 O controle judicial de atos administrativos e de políticas ambientais.....	247
Considerações Finais	257
Referências Bibliográficas	267